



A ALFABETIZAÇÃO EM ESCOLAS RURAIS: PRÁTICAS E REFLEXÕES¹

COMUNICAÇÃO ORAL

Darieli Daltrozo Ilha

Mestranda em Educação CAPES

Universidade Federal de Juiz de Fora

darieli.ilha@gmail.com

Dileno Dustan Lucas de Souza

Doutor em Educação - Orientador

Universidade Federal de Juiz de Fora

dilenodustand@gmail.com

Simone da Silva Ribeiro

Doutora em Educação – Co-orientadora

Colégio de Aplicação João XXIII

simonerib@gmail.com

Resumo

As descobertas resultantes do processo de pesquisa de mestrado que venho realizando inspiram-me a trazer à tona questões referentes às especificidades das escolas rurais, que dizem respeito não só à realidade de Juiz de Fora - MG, lócus da presente pesquisa, mas traduzem a trajetória da educação rural no Brasil. Neste texto, pretendo discutir sobre a alfabetização dentro da concepção da Educação do Campo, além de propor questionamentos e reflexões acerca de iniciativas como o Projeto de Alfabetização da Zona Rural no sentido de verificar as possíveis causas dos sucessos e insucessos de propostas como essas. O referido projeto foi realizado pela rede municipal de ensino de Juiz de Fora na década de 1980 e visava sanar o agravante da repetência nas primeiras séries do ensino fundamental da época. Numa proposta mais ampla, procuramos chamar a atenção para as populações rurais e a escola a elas vinculada, enfatizando a identidade dos sujeitos, seus saberes e o campo como seu espaço de existência.

Palavras-chave: Escolas rurais. Juiz de Fora. Alfabetização.

1 As experiências em alfabetização como ponto de partida

Ao mergulhar nos arquivos da Secretaria de Educação de Juiz de Fora procurando documentos sobre as escolas rurais do município, deparei-me com projetos e relatórios que

¹ Este trabalho é parte da pesquisa de mestrado que está em andamento, intitulada “Escolas rurais do município de Juiz de Fora – MG: história e histórias a serem contadas”.



abordavam propostas pedagógicas específicas para tais escolas². Este é o capítulo inicial da pesquisa que venho realizando, num primeiro momento, através da pesquisa documental, seguida de entrevistas dentro da perspectiva da história oral. O processo investigativo tem revelado a trajetória das escolas rurais do município de Juiz de Fora - MG e traz à luz uma história muito rica, porém ainda pouco conhecida.

O tema da alfabetização foi marcante nesse processo de buscas e descobertas. Nesse sentido, consideramos essencial sua visibilidade porque, durante muito tempo, as escolas rurais amargaram a triste estatística de um elevado número de evasão e repetência nos primeiros anos do Ensino Fundamental. Esta realidade foi denunciada na década de 1980 nas escolas rurais da rede municipal de Juiz de Fora através de levantamentos realizados pela Secretaria de Educação da época e, em consequência, foram desenvolvidos projetos específicos como o Projeto Educação para o Meio Rural e, como um de seus desdobramentos, o Projeto de Alfabetização da Zona Rural.

Apoiados nessas referências, pretendemos discutir sobre a alfabetização dentro da concepção da Educação do Campo, além de instigar questionamentos e reflexões acerca de iniciativas como o referido Projeto de Alfabetização da Zona Rural no sentido de verificar as possíveis causas dos sucessos e insucessos de propostas como essas.

2 A alfabetização na perspectiva da Educação do Campo

Abrimos a nossa reflexão trazendo elementos sobre a Educação do Campo e porque é importante pensar a alfabetização das crianças que vivem no meio rural a partir desta perspectiva.

A Educação do Campo redefine o papel da escola enquanto formadora de sujeitos articulada a um projeto de emancipação humana e que tenha princípios pedagógicos como a valorização dos diferentes saberes no processo educativo, alternativas para o desenvolvimento sustentável e a autonomia e colaboração entre os sujeitos do campo junto ao sistema nacional de ensino (RAMOS *et alli*, 2004). Busca-se com esse referencial afirmar a identidade da escola a partir dos sujeitos que a compõem, como afirma Caldart (2004, p. 27):

A Educação do Campo se identifica pelos seus sujeitos: é preciso compreender que por trás da identificação geográfica e da frieza dos dados estatísticos está uma parte do povo brasileiro que vive neste lugar e desde as relações sociais específicas que compõem a vida

² Os documentos utilizados como referência para essa reflexão não foram publicados e estão disponíveis no setor de Arquivo e Memória do Departamento de Planejamento, Pessoas e Informação (DPPI) da Secretaria de Educação de Juiz de Fora.



ABAETETUBA-PA

no e do campo, em suas diferentes identidades e em sua identidade comum [...] A perspectiva da Educação do Campo é exatamente a de educar este povo, estas pessoas que trabalham no campo, para que se articulem, se organizem e assumam a condição de sujeitos da direção de seu destino.

O que temos hoje é uma realidade desafiadora. Mesmo com as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica das Escolas do Campo publicadas em 2002 e de referenciais construídos em articulação com movimentos sociais e grupos ligados ao campo nas últimas décadas, normalmente os sistemas de ensino desconsideram ou mesmo desconhecem tais referenciais. Os cursos de formação inicial e continuada de professores também estão aquém das reais necessidades e dos desafios cotidianos. Como resultado, verificamos um recorte da escola e do currículo urbanos lançados na escola rural. Entretanto, é importante esclarecer que na concepção de Educação do Campo não se pretende apenas trabalhar a realidade do campo, mas sim, partir dele, contextualizar os conteúdos da base nacional curricular dando sentido ao conhecimento que se quer construir. Caldart nos ajuda a compreender melhor essas questões.

Construir uma escola do campo significa pensar e fazer a escola desde o projeto educativo dos sujeitos do campo, tendo o cuidado de não projetar para ela o que sua materialidade própria não permite; trazer para dentro da escola as matrizes pedagógicas ligadas às práticas sociais; combinar estudos com trabalho, com cultura, com organização coletiva, com postura de transformar o mundo... Prestando atenção às tarefas de formação específicas do tempo e do espaço escolar; pensar a escola desde o seu lugar e os seus sujeitos, dialogando sempre com a realidade mais ampla e com as grandes questões da educação, da humanidade (CALDART, 2004, p. 35).

Dentro desses princípios e concepções, inserimos a alfabetização e o letramento, compreendendo, junto com Soares (2003), que ambos andam lado a lado e melhor traduzem tanto os processos de aquisição da leitura e da escrita quanto seus usos nas práticas sociais. De acordo com a autora, “só recentemente passamos a enfrentar esta nova realidade social em que não basta apenas saber ler e escrever, é preciso também saber fazer uso do ler e escrever, saber responder às exigências de leitura e escrita que a sociedade faz continuamente” (SOARES, 2003, p. 20). Em maior ou menor escala, as crianças que vivem nas comunidades rurais têm acesso a variados materiais escritos em casa e no trabalho da lavoura, seja em rótulos, manuais, livros, cadernos de receitas, etc. ou através da televisão e do celular. Também convivem muito com a oralidade, aprendendo as tarefas observando seus familiares que, por sua vez, também ensinam a partir da prática ou divertem a partir de brincadeiras, de contação de histórias, de músicas, cirandas e parlendas. Isso nos aponta que a criança, como sujeito do campo, já carrega uma bagagem de conhecimentos e faz inferências sobre a linguagem oral e escrita. Como aponta Ferreiro (1995, p.



41), a criança é um “sujeito cognoscente, alguém que pensa, que constrói interpretações, que age sobre o real para fazê-lo seu”.

Nesse sentido, queremos enfatizar que é possível alfabetizar valendo-se primeiramente desta realidade tão rica em conteúdos de ensino. Quantos projetos e sequências didáticas podem ser trabalhados tendo como fonte os elementos da vida cotidiana das crianças do campo, tendo sentido para elas e um significado real dos usos da linguagem. Os quintais, os espaços da escola, o caminho para chegar até ela, o processo de produção nas propriedades... podem ser a base para inúmeras atividades que, aliadas a outros materiais escritos disponíveis na escola, compõem uma variedade imprescindível para criar um ambiente alfabetizador.

2.1 Explicitando práticas do Projeto de Alfabetização das escolas rurais de Juiz de Fora na década de 1980

O referido projeto era parte de uma proposta da Secretaria de Educação para as escolas rurais, que fundamentava-se no “Projeto Educação para o Meio Rural” (1983-1988) onde se inseriam diversas atividades voltadas às demandas das escolas rurais, formação específica para professores e acompanhamento de supervisoras e orientadoras da Secretaria diretamente nas escolas para apoio e monitoramento das atividades. O principal objetivo era a adequação do ensino ao universo cultural do meio rural, o que era necessário em função do grande número de escolas rurais que a rede municipal atendia nessa época.

Os resultados do Projeto de Alfabetização da Zona Rural expressos através dos volumes “Lendo e relendo I” e “Nossos textos I”, ambos datados de 1991, junto ao relatório do projeto referente ao período de 1989 a 1992, mostram ações práticas visando sanar o problema expressivo da evasão e da repetência. Organizados por Maria de Fátima Franco, Regina Durães e Solange Rossini, os volumes consistem numa coletânea de produções dos alunos a partir da diversidade de gêneros textuais produzidos em sala de aula com o objetivo primordial de servir como material didático para trabalhar os mais diversos aspectos da linguagem. As referências para as produções dos alunos partiam de leituras e problematizações prévias de diferentes temas e gêneros. Os temas eram os mais variados possíveis e revelavam desde fatos da vida cotidiana das crianças até produções de textos como poesias, horóscopos, histórias, receitas, anúncios e textos de jornais, dentre outros. Posteriormente, os textos produzidos seriam utilizados para leitura, análise e reescrita já que eram disponibilizados exatamente como os alunos os escreveram, sem a correção do



professor. O material é composto por textos de diferentes níveis, desde a fase inicial da alfabetização até a apropriação do sistema alfabético da escrita. Estes textos também serviriam como referência para se trabalhar interdisciplinarmente com outras áreas do conhecimento, o que gerou grande interesse por parte dos alunos.

Os relatórios apontam a expressiva melhora dos índices de aprovação e do interesse e participação dos alunos na construção do conhecimento. A partir da mudança de foco de “como se ensina” para “como se aprende” a relatora destaca a mudança empreendida pelos professores na sua maneira de trabalhar, desde o planejamento, execução da proposta até a avaliação. Outro fator positivo apontado foi a atuação das supervisoras das escolas rurais que nesta época, eram professoras da Secretaria de Educação que visitavam regularmente as escolas e auxiliavam as professoras.

3 Para concluir: pontos e contrapontos

A relevância de propostas como a do Projeto de Alfabetização da Zona Rural pelas redes públicas de ensino traz à tona várias possibilidades de práticas pedagógicas possíveis de se trabalhar em escolas do campo e que podem ser bem sucedidas. Mesmo sendo um projeto de praticamente três décadas atrás, ainda mostra sua atualidade, aplicabilidade e eficiência nos resultados, pois foi possível identificar aspectos teóricos e práticos da Educação do Campo e da alfabetização na perspectiva do letramento. No entanto, mesmo com a comprovação dos resultados positivos, por que não teve continuidade? Por que não foi aperfeiçoado e a proposta estendida para outras áreas? Sua continuidade e aceitação esbarra em muitas questões-problema que atuam com força nos sistemas públicos de ensino Brasil a fora.

A primeira questão refere-se a problemas de ordem de investimentos básicos em infraestrutura não só das escolas como das condições de vida nas comunidades. Um outro aspecto é a volatilidade de iniciativas isoladas pensadas por pequenos grupos dentro das três esferas de governo que mudam a cada eleição ou por pressão de grupos sociais majoritários. São propostas pensadas *para* e não *com* os sujeitos do campo, seguindo a ideia acima mencionada de que estes não têm capacidade para contribuir na construção da escola presente no seu espaço.

Essas constatações me fizeram lembrar a análise crítica de Freire (2002): a herança de um país colonizado, receptor de uma cultura imposta agressivamente pelo colonizador, tornou homens e mulheres meros expectadores, acomodados às ideias criadas para eles, as quais julgam serem



opções suas. As soluções para seus problemas estariam em receitas prontas que não nasceram da análise crítica do próprio contexto e por isso não frutificam, não dão certo. Ao contrário, porque certas experiências são bem sucedidas? Usando como exemplo a pedagogia do MST, que ajuda a referenciar os princípios da Educação do Campo, percebe-se que a reivindicação pela reforma agrária está ao lado da luta por uma escola do campo de qualidade. Ou seja, a conscientização sobre as próprias necessidades dos colonos quanto a terra e a escola os levou a construção de uma pauta teórica e política que sustenta a garantia de uma escola voltada aos seus interesses e necessidades. Acreditamos ser esse um princípio fundamental na efetivação de uma proposta de Educação do Campo bem sucedida.

Enfatizamos e defendemos a real necessidade de construção coletiva de uma escola do campo que oportunize as populações rurais uma nova visão sobre si mesmos, seus saberes e sobre seu espaço de existência – o campo.

Referências

CALDART, Roseli Salete. **Educação do Campo: Identidade e Políticas Públicas**. Brasília, DF: Articulação Nacional por uma Educação do Campo – Coleção Por uma Educação Básica do Campo nº 4, 2004.

FERREIRO, Emília. **Reflexões sobre alfabetização**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

FRANCO, Fátima; DURÃES, Regina. **Volume Lendo e Relendo I**. Secretaria de Educação, [s.n.] 1991.

FRANCO, Fátima. **Volume Nossos textos I**. Secretaria de Educação, [s.n.] 1991.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

JUIZ DE FORA. **Projeto Educação para o meio rural**. Secretaria de Educação: Administração 1983-1988. [s.n.] 1983.

JUIZ DE FORA. **Relatório anual de atividades de 1990**. Secretaria de Educação: [s.n.] 1990.

RAMOS, Marize Nogueira; MOREIRA, Telma Maria; SANTOS, Clarice Aparecida. **Referências para uma política nacional de educação do campo**: caderno de subsídios. Brasília: Secretaria de Educação Média e Tecnológica, Grupo Permanente de Trabalho de Educação do Campo, 2004.

SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.